Futuro
Grupo Montepio

RELATO FINANCEIRO

2021

FUNDO DE PENSÕES ABERTO CORPORATE MODERADO

| ÍNDICE

Relatório de Gestão 3

| Sumário Executivo 4

| Enquadramento Económico e Mercados 5

| O Fundo de Pensões 9

| Plano de Pensões e Financiamento 11

| Política de Investimento 12

| Estratégia e Atuação 14

| Composição da Carteira 15

| Riscos Materiais 16

| Factos Relevantes Após Termo do Exercício 18

Demonstrações Financeiras 19

| Posição Financeira 20

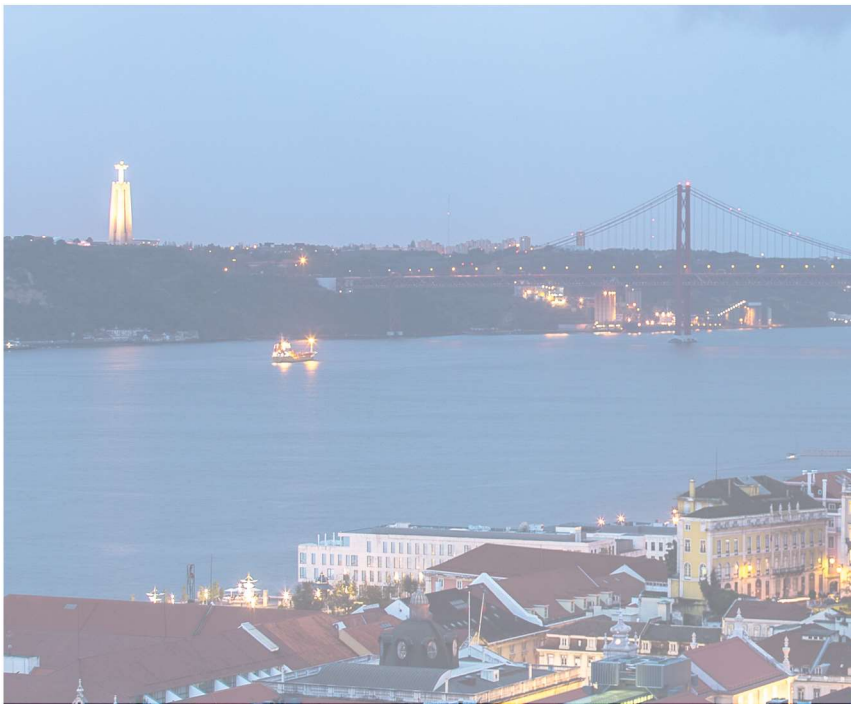
| Demonstração de Resultados 21

| Demonstração dos Fluxos de Caixa 22

| Notas às Demonstrações Financeiras 23

| Gestão de Risco 29

Certificação Legal de Contas 39



RELATÓRIO DE GESTÃO

| SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2021 iniciou-se com um panorama auspicioso no que se refere à pandemia COVID-19, com as boas perspetivas de evolução das vacinas e a esperança de se poder debelar a situação. Infelizmente, não se concretizaram as melhores expectativas, mas, ainda assim, o desfecho do ano permite augurar a resolução dessa situação em 2022.

Do ponto de vista da atividade económica, toda a incerteza e dificuldades geradas pela persistência da pandemia se acentuaram, dando lugar a um cenário inflacionista que perdurou ao longo do ano, acompanhado de uma tendência de subida das taxas de juro que, contudo, se mantinham ainda em valores historicamente baixos no final do ano.

As autoridades monetárias, nomeadamente a Fed e o BCE, mantiveram as suas políticas monetárias de caráter expansionista, mas o cenário de inflação e de recuperação económica deixava antever no final do ano a adoção da retirada gradual de estímulos monetários e de uma subida das taxas diretoras nos EUA já em 2022.

De um modo geral, houve uma continuidade na trajetória de recuperação do sentimento dos mercados ainda iniciada em 2020, com os preços dos ativos a continuarem a beneficiar, durante grande parte do ano, das baixas taxas de juro, da recuperação económica observada e perspetivada, da recuperação dos resultados das empresas e das perspetivas e do próprio desenrolar do processo de vacinação contra a Covid-19.

As condições de mercado e estratégia seguida para o Fundo, permitiram que o **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO** encerrasse o ano com rendibilidade positiva de 0,74%[1], medida pela variação da cotação das unidades de participação, e com a carteira de ativos a totalizar o montante de 11.864.199,65€.

O **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO** é um Fundo cujo investimento é composto, preferencialmente, por participações em organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM) sedeados no Luxemburgo ou Irlanda e geridos pela *Mercer Global Investments*.

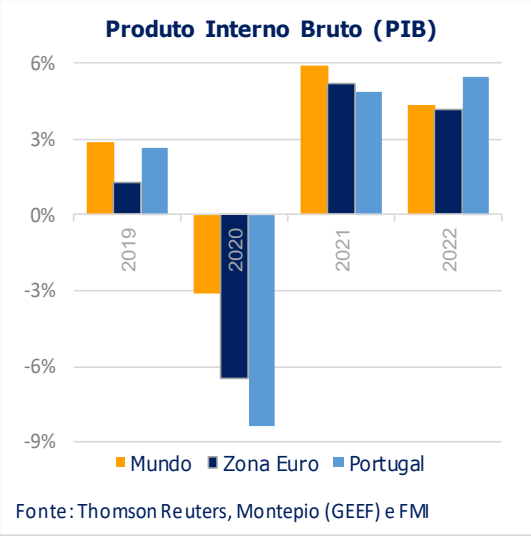
[1] *Rendibilidade calculada com base na data de valorização das Unidades de Participação (UP). Assim, para cotação no início do período foi considerada a UP do final do ano 2020, isto é, a valorizada com cotações dos ativos de 31 de dezembro de 2020 e juros decorridos contados até 3 de janeiro de 2021 (dia imediatamente anterior à publicação da cotação). A UP considerada para o final de 2021 foi a valorizada com cotações dos ativos de 31 de dezembro de 2021 e juros decorridos contados até 2 de janeiro de 2022 (dia imediatamente anterior à publicação da cotação).*

| ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E MERCADOS

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ECONOMIA MUNDIAL

Na recente atualização do World Economic Outlook (WEO), em 25 de janeiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) apontou para um crescimento da economia mundial de 5,9% em 2021, depois da contração de 3,1% observada em 2020 – provocada pela grave crise pandémica que assolou todo o globo –, tendo cortado a projeção de crescimento para 2022, de 4,9% para 4,4%. A variante Ómicron, as dificuldades de fornecimento, a escalada da inflação e a elevada incerteza tornaram a recuperação da grave crise provocada pela pandemia da Covid-19 mais lenta do que o esperado pelo FMI em outubro. O FMI explica que a revisão em baixa para 2022 ficou a dever-se, no fundamental, ao corte de perspetivas para os EUA e a China, sublinhando também o cenário menos positivo para a Alemanha.



Fonte: Thomson Reuters, Montepio (GEEF) e FMI

ECONOMIA DA ZONA EURO

A atividade económica na região arrancou 2021 condicionada pelo confinamento adotado no início do ano, tendo contraído ligeiramente no 1.º trimestre e registado uma nova recessão técnica, mas regressando posteriormente aos crescimentos, com o PIB trimestral da região, no 4.º trimestre, a recuperar, finalmente, das perdas da pandemia, fazendo novos níveis máximos históricos. O crescimento médio anual da Zona Euro em 2021 foi de 5,2%, depois da forte contração de 6,5% em 2020, prevendo-se uma expansão em torno de 4,2% para 2022, mas com estas previsões a permanecerem rodeadas de incerteza, resultante, designadamente, da evolução da situação pandémica.

Ao longo do ano de 2021, o Banco Central Europeu (BCE) manteve a sua política monetária bastante expansionista, a qual tinha sido intensificada em 2020, com o intuito de mitigar o impacto da pandemia de Covid-19 sobre a economia, mas tendo no final do ano começado a preparar o mercado para a aproximação do momento da retirada gradual dos estímulos monetários – num contexto de elevada inflação [média anual de +2,6% em 2021, em marcada aceleração face aos +0,3% em 2020, com a inflação homóloga a atingir os +5,0% em dezembro de 2021 (e a voltar a subir já em janeiro deste ano, para +5,1%, renovando níveis máximos desde junho de 1992), embora refletindo, em grande medida, a evolução dos preços da energia] –, com o primeiro momento dessa gradual retirada de estímulos a ocorrer no final de março de 2022, com o término do programa de compra de ativos devido à emergência pandémica (*pandemic emergency purchase programme* – PEPP).

ECONOMIA PORTUGUESA

O PIB português cresceu 4,9% em 2021, ficando acima da maioria das estimativas, refletindo um crescimento acima do esperado no derradeiro trimestre do ano, mas, sobretudo, uma revisão em alta dos dados do início do ano. Tratou-se do mais elevado crescimento desde 1990, mas que ocorre após a diminuição histórica de 8,4% em 2020 (superior à recessão acumulada durante a intervenção da Troika), na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia da Covid-19 na atividade económica.

Este regresso da economia aos crescimentos em 2021 foi acompanhado de uma redução da taxa de desemprego (dos 7,0% de 2020 para 6,6% em 2021), de um agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPC, de -0,1% em 2020 para +0,9% em 2021), ainda que bem menos intenso que o observado na generalidade dos países da Zona Euro, de algum alívio das finanças públicas (redução do défice orçamental e do rácio da dívida pública), embora também de agravamento do défice da balança corrente, com a taxa de poupança dos particulares, por seu lado, a começar a diminuir, depois da marcada subida observada em 2020, então bastante influenciada pela quebra do consumo originada pelo contexto de pandemia.

A economia portuguesa deverá manter a sua trajetória de recuperação durante 2022, estimando-se um crescimento real do PIB de 5,5%, embora com um progressivo abrandamento dos crescimentos em cadeia ao longo do ano, para ritmos mais próximos dos historicamente observados. O crescimento económico em 2022 irá continuar a beneficiar de uma política monetária ainda favorável e da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com o PIB a dever retomar o nível pré-pandemia em meados do ano, mais dinamizado pelo investimento e pela procura externa, e com menor contributo do consumo privado e do consumo público.

A evolução da pandemia continua a representar um risco descendente, assim como a incerteza sobre a evolução da inflação e o respetivo impacto nas políticas económicas e ainda a incerteza geopolítica.

MERCADOS FINANCEIROS

Em 2021 observou-se, de um modo geral, a manutenção da trajetória de recuperação do sentimento dos mercados iniciada em 2020, após um comportamento marcadamente desfavorável observado nos primeiros meses de 2020 – muito afetado pelo efeito inicial da pandemia –, com os preços dos ativos a continuarem a beneficiar, durante grande parte do ano, das baixas taxas de juro, da recuperação económica observada e perspetivada, da recuperação dos resultados das empresas e das perspetivas e do próprio desenrolar do processo de vacinação contra a Covid-19.

Esta recuperação estendeu-se mesmo às ações do setor bancário europeu, que seguiram a recuperação iniciada no setor nos mercados americanos ainda em 2020, beneficiando das crescentes perspetivas de impactos mais moderados da pandemia sobre as imparidades, da maior probabilidade atribuída a subidas das taxas diretoras dos principais bancos centrais e dos ganhos de eficiência obtidos.

Não obstante, o ano de 2021 continuou a ser marcado pela incerteza em torno da evolução da pandemia e dos impactos (económicos e financeiros) das variantes que foram surgindo (como a Delta e a Ómicron), num contexto de agravamento dos preços (da generalidade das *commodities* e, em especial, da energia) e das expetativas de inflação à escala global, aumentando, assim, a incerteza em torno do crescimento económico e das decisões de política monetária e, já mais próximo do final do ano, provocando um aumento das expetativas de concretização, mais célere que o anteriormente antecipado, do gradual processo de alívio dos estímulos monetários (mais célere nos EUA que na Zona Euro).

Os principais **índices de ações** dos EUA registaram o 3.º ano consecutivo de fortes retornos anuais, impulsionados pelos estímulos orçamentais e monetários, com o S&P 500 (+26,9% em 2021) a reportar o melhor desempenho em três anos seguidos desde 1999. Já na Europa, o Stoxx 600, que agrega as maiores empresas europeias, fechou o ano a ganhar 22,3% e o português PSI-20 valorizou 13,7%, naquele que foi o melhor desempenho anual desde 2017. O índice MSCI global subiu 16,8%, fechando o ano próximo dos níveis máximos históricos registados em 16/11/2021.

As ***yields* da dívida pública de referência** subiram na Alemanha no curto prazo (2 anos) e no longo prazo (10 anos), mas mais intensamente no último caso (+39 pb, para -0,177%), tendo também aumentado nos EUA e ainda mais intensamente (nos 10 anos, +60 pb para 1,510%).

Os ***spreads* de crédito** apresentaram movimentos ligeiramente favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, num contexto de movimentos ascendentes nos ***spreads* dos países periféricos da Zona Euro**, com a Grécia a destacar-se pela negativa (+32 pb, para um *spread* de 152 pb) e Portugal pela positiva, com o menor agravamento (+4 pb, para 64 pb), com o agravamento a resultar, nomeadamente, das expectativas de compras de dívida pública em 2022 por parte do BCE.

As **taxas Euribor** apresentaram ligeiras descidas (-3 pb nos 3 meses, -2 pb nos 6 meses e -0,2 pb nos 12 meses), fechando o ano perto dos níveis mínimos históricos em todos os prazos (nos 3 meses observados no dia 10 de dezembro, nos 6 meses em 9 de dezembro e, nos 12 meses, em 2 de fevereiro de 2021).

De referir também que os índices gerais de ***commodities*** registaram fortes subidas, com o índice compósito CRB Index a avançar 38,5% e o GSCI 37,1%, sendo suportado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu a maior subida, de 53,6%, num contexto de aumentos dos preços do brent e do WTI superiores a 50%), dos metais de base, das agrícolas e do gado, sendo apenas penalizado pelos metais preciosos.

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA 2022

No WEO de 25 de janeiro, o FMI considera que os riscos para as perspetivas de crescimento são descendentes, identificando o aparecimento de novas variantes da Covid-19, que pode levar a um prolongamento da pandemia e a novas perturbações económicas, com potenciais impactos nos sistemas financeiros e bancários, defendendo que o acesso mundial a vacinas, testes e tratamentos é essencial para reduzir o risco de novas variantes. Assinala também que as perturbações nas cadeias de abastecimento e volatilidade nos preços da energia e pressões salariais localizadas leva a que a incerteza em torno da inflação seja elevada, a que acrescem riscos para a estabilidade financeira e para os fluxos de capitais, moedas e situações orçamentais dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento com uma possível subida das taxas de juro nas economias avançadas. O FMI alerta ainda que outros riscos globais se podem materializar devido às tensões geopolíticas (*v.g*, no Leste da Europa e na Ásia) e à emergência climática.

Ao nível nacional, a economia portuguesa deverá manter-se condicionada pela pandemia e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais, com o aumento dos riscos políticos domésticos e internacionais e do risco de maiores perturbações nos mercados financeiros. As perspetivas de inflação no país estão também rodeadas de riscos ascendentes, que decorrem, sobretudo, da possibilidade de uma maior transmissão dos aumentos dos preços das matérias-primas e dos bens intermédios aos preços no consumidor. A subida recente da inflação, a par das dificuldades de recrutamento em alguns setores, poderá traduzir-se em pressões mais fortes sobre os salários do que as consideradas nas atuais previsões. Numa análise recente, a CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) realça que o eventual aumento da taxa de inflação e das taxas de juro poderá inverter o ritmo de ganhos no mercado acionista. Essas correções de preços poderão ser exacerbadas pela excessiva alavancagem de alguns investidores, que poderão ser forçados à alienação de posições. O expectável início da normalização da política monetária, as pressões inflacionistas, o *phasing out* de apoios públicos a famílias e empresas e o fim das moratórias serão desafios particularmente relevantes em 2022, uma vez que poderá assistir-se à deterioração da situação financeira das famílias e Estados e ao avolumar de insolvências em alguns setores de atividade. Ou seja, continuarão a ser relevantes os apoios que permitam transições tão suaves quanto possível quando ocorrer o fim das medidas públicas de apoio à economia, assegurando simultaneamente a continuação da trajetória descendente do rácio da dívida pública/PIB.

O cenário de subida de taxas de juros poderá aportar alguns riscos adicionais como a desvalorização dos títulos de dívida pública em balanço nos bancos contabilizados ao justo valor, especialmente aqueles cujos emitentes apresentam uma notação de crédito menos favorável, contribuir para a materialização do risco de desvalorização dos ativos imobiliários em alguns mercados cuja subida dos preços foi mais suportada no

recurso ao crédito e ainda contribuir para o aumento do risco de crédito. Estes fatores poderão, no entanto, ser em parte compensados pela maior facilidade em gerar margem financeira.

Estarão ainda em destaque os riscos relacionados com fatores ambientais, sociais e de governança (ESG), nomeadamente os desafios trazidos pela aplicação da nova regulamentação europeia nesta área, assim como o risco de ciberataques. Também a instabilidade geopolítica em algumas zonas do mundo, nomeadamente no leste da Europa, poderá impactar o sistema bancário, quer seja por via da deterioração das exposições diretas a essas geografias, quer seja por via indireta, através de mudanças na política monetária.

Fonte: *GEEF-Research Económico, Setorial e de Mercados Financeiros (Banco Montepio)*

| O FUNDO DE PENSÕES

A carteira de ativos do **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO** encerrou o mês de dezembro de 2021 com o valor de **11.864.199,65€**. O ano terminou com um sentimento de mercado globalmente positivo, mantendo a trajetória de recuperação iniciada em 2020, mas tendo-se observado comportamentos mistos durante todo o período, ainda como resultado dos efeitos da pandemia do novo coronavírus e a continuação das preocupações com as mutações do vírus responsável pela Covid-19, com o agravar da situação em alguns países da Europa e consequente alteração dos planos de desconfinamento, ao que acresceu o receio de uma subida da inflação nos EUA e Zona Euro e respetivas consequências.

O Fundo obteve uma **rendibilidade nos últimos 12 meses**, medida pela variação da cotação das unidades de participação, de **0,74%[2].**

MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES

Em 31 de dezembro de 2021, de acordo com os dados estatísticos da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o valor sob gestão de fundos de pensões ultrapassou os 24 mil milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 4,6% face ao final de 2020. Durante o ano de 2021, extinguiram-se três fundos de pensões fechados, constituíram-se cinco fundos de pensões PPR (dos quais quatro não registaram movimento), três fundos abertos (dos quais dois não registaram movimento) e um fundo de pensões fechado. Destes movimentos resultou um aumento de seis fundos de pensões face ao ano anterior.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA FUTURO

A evolução do volume de ativos em gestão da Futuro tem-se mantido crescente ao longo dos anos. As condições de mercado e a atuação da força de distribuição, ao longo do ano, conduziu a um crescimento

[2] *Rendibilidade calculada com base na data de valorização das Unidades de Participação (UP). Assim, para cotação no início do período foi considerada a UP do final do ano 2020, isto é, a valorizada com cotações dos ativos de 31 de dezembro de 2020 e juros decorridos contados até 3 de janeiro de 2021 (dia imediatamente anterior à publicação da cotação). A UP considerada para o final de 2021 foi a valorizada com cotações dos ativos de 31 de dezembro de 2020 e juros decorridos contados até 2 de janeiro de 2022 (dia imediatamente anterior à publicação da cotação).*

sem precedentes das contribuições para fundos abertos, a que se adiciona uma rendibilidade global favorável, permitindo um crescimento de 19% dos ativos dos fundos abertos e de 6,2% da carteira total de fundos, dando lugar a um crescimento da quota de mercado para 8,06%.

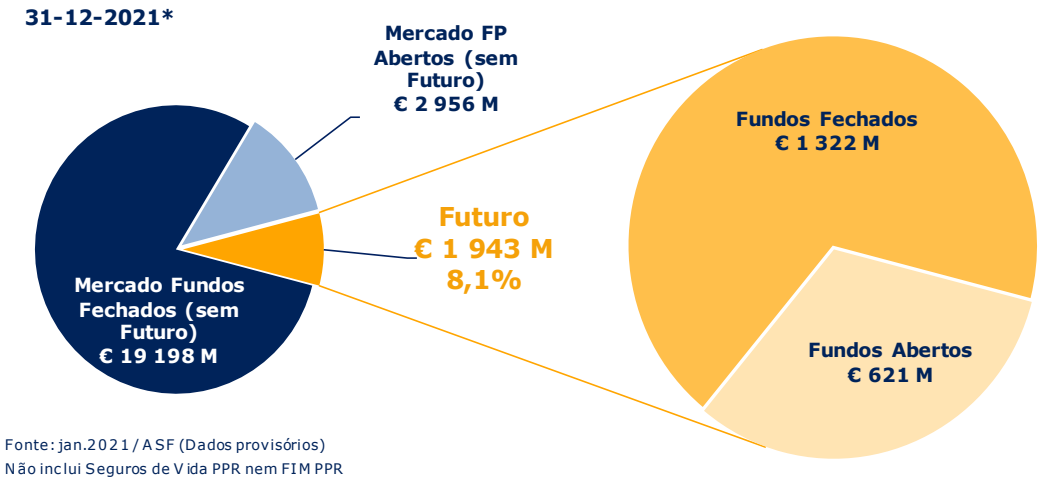
Em resultado da atuação no segmento de empresas, a Futuro prosseguiu igualmente o seu esforço de angariação de clientes institucionais, tendo apresentado diversas propostas de gestão e passou a gerir os Planos de Pensões de três multinacionais, duas adesões coletivas e um fundo fechado. Um novo fundo PPR que já havia sido constituído em 2020 com o intuito de ser utilizado essencialmente no segmento de empresas, teve o início de comercialização em 2021.

Não só pela angariação de novo negócio, como pelas rendibilidades alcançadas, o volume total de ativos sob gestão cresceu percentualmente ao mesmo nível do ano anterior (+6,2%) e novamente acima da média do mercado (4,66%[3]), determinando uma subida da quota de mercado de 7,95% para 8,06%.

No *ranking* dos fundos de pensões, os 25 maiores fundos representam cerca de 85% do total dos montantes geridos, continuando a destacar-se os fundos de pensões do setor bancário. O Fundo de Pensões PPR 5 ESTRELAS, que continua a ser o maior fundo de pensões PPR do mercado, subiu uma posição face a 2020, ocupando agora o 18º lugar entre os 25 maiores fundos.

QUOTA DE MERCADO DA FUTURO

A quota de mercado da Futuro no final de 2021 era de 8,1%.



Fonte: jan.2021 / ASF (Dados provisórios)
Não inclui Seguros de Vida PPR nem FIM PPR

[3] *De acordo com os dados anuais provisórios publicados pela ASF no seu site.*

| PLANO DE PENSÕES E FINANCIAMENTO

CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE PENSÕES

O **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO** financia diversos planos de contribuição definida e dois planos de benefício definido.

Os Planos de Pensões têm por objetivo proporcionar um complemento de reforma aos seus participantes.

RESPONSABILIDADES PASSADAS E NÍVEL DE COBERTURA

Em 31 de dezembro de 2021, o valor atual das responsabilidades passadas obtido pelo cenário de financiamento e o nível de cobertura das responsabilidades, das Adesões Coletivas de Benefício Definido financiadas pelo **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO**, desagregado por Associado e por plano de pensões, era o seguinte:

Contrato	Quota-Parte	Responsabilidades por Serviços Passados	Nível de Financiamento
439/06	**1.497.403,00 €**	**1.353.862,00 €**	**110,6%**
439/09	**946.532,00 €**	**604.824,00 €**	**156%**

Durante o ano 2021, os Associados não efetuaram contribuições. Considerando o nível de financiamento das responsabilidades, prevê-se que não será necessária a realização de contribuições durante o ano de 2022.

| POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A política de investimento do **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO,** que esteve em vigor durante o ano de 2021, assentou em critérios de diversificação de risco e potencial de valorização a médio e longo prazo, baseando-se em regras e procedimentos no sentido de prosseguir uma gestão no exclusivo interesse dos Participantes e Beneficiários e de obter um rendimento adequado ao risco incorrido. A política de investimento tem ainda como objetivo promover a maximização do retorno das aplicações, num quadro em que a estratégia seguida em matéria de afetação de ativos foi definida com base num modelo de adequação do investimento às responsabilidades dos planos de pensões.

PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS

O quadro abaixo resume as grandes linhas quanto às aplicações delineadas pela política de investimento seguida para o **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO** em matéria de afetação de ativos, incluindo os limites de exposição.

EM 2021

SEGMENTOS	31 dez 20	31 mar 21	30 jun 21	30 set 21	31 dez 21	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS*
						Limites
Obrigações	78,82%	84,55%	82,40%	83,49%	83,73%	40% - 95%
Ações Globais	11,29%	10,41%	10,92%	10,87%	11,29%	0% - 25%
Investimentos Alternativos	4,42%	4,97%	4,89%	4,94%	5,03%	0% - 10%
Líquidez	5,47%	0,07%	1,78%	0,70%	-0,05%	0% - 5%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	

** De acordo com o Regulamento de Gestão do Fundo Pensões Aberto CORPORATE MODERADO*

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão da carteira teve ainda em consideração os seguintes pontos, estabelecidos no regulamento de gestão:

a. **Não ser permitida a aquisição de instrumentos financeiros** de entidades que tenham uma **relação de domínio ou de grupo** com a **entidade gestora**.

b. **Não ser permitida a aquisição de terrenos e edifícios**, de forma direta, para a carteira de ativos do Fundo.

c. O **limite de investimento em organismos de investimento alternativo** de índices, que não façam uso do efeito de alavancagem ou que se enquadrem no âmbito da alínea e) do n.º 1 do artigo 50.º da Diretiva n.º 2009/65/CE de 13 de julho, alterada pelas Diretivas n.º 2010/78/EU de 24 de novembro, n.º 2011/61/EU de 8 de junho e n.º 2013/14/EU de 21 de maio, ser de **30%**.

Não haver a possibilidade de serem utilizados produtos derivados, operações de reporte e empréstimos de valores.

CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS

O permanente controlo da composição da carteira de ativos, mantido no decurso do ano de 2021, teve como principal objetivo assegurar a adequação da exposição do **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO** às regras e limites legais de diversificação e dispersão prudenciais, bem como aos princípios gerais da política de investimento.

Em 31 de dezembro de 2021, a composição da carteira de ativos do **Fundo de Pensões cumpria com a generalidade das restrições e limites legais de diversificação e dispersão prudenciais,** bem como **com os princípios gerais da política de investimento**.

31 DE DEZEMBRO DE 2021

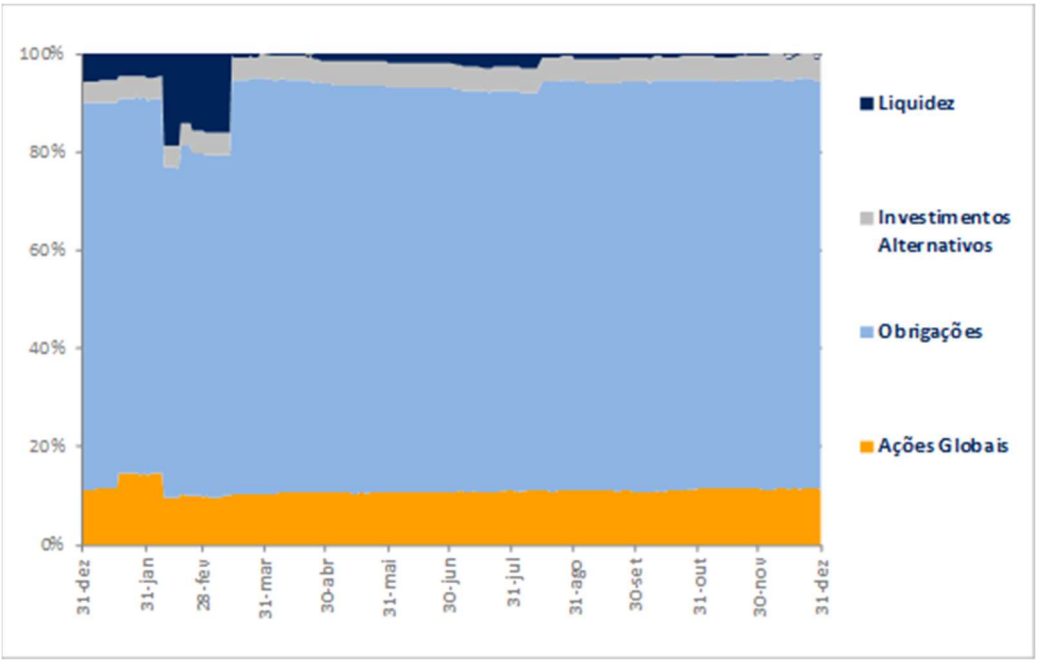
DESVIOS FACE À POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Liquidez de 0% até 5%	-0,05%	A soma do saldo dos depósitos à ordem mais as responsabilidade de/e com terceiros resulta em valor ligeiramente negativo, devido ao montante de imposto a pagar até ao dia 20 de janeiro de 2022, já estar refletido na carteira.	Havendo uma gestão de liquidez rigorosa, a posição foi reajustada no início de janeiro, com a venda de ativos para fazer face ao montante necessário para se efetuar o pagamento do imposto.

| ESTRATÉGIA E ATUAÇÃO

EVOLUÇÃO DA ALOCAÇÃO DE ATIVOS

EM 2021



MOVIMENTOS REALIZADOS NA CARTEIRA

Durante o ano de 2021, o posicionamento da carteira do **Fundo de Pensões Aberto MODERADO** manteve-se sem alterações em termos de estrutura de ativos, não se tendo registado operações nem de compra nem de venda de títulos com vista a alterações táticas.

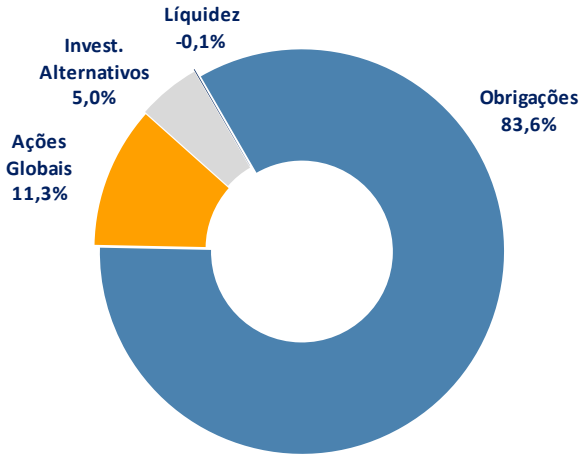
Os movimentos registados visaram, maioritariamente, o rebalanceamento da carteira de ativos do **Fundo de Pensões** com o objetivo de reajustar a liquidez, em resultado das contribuições ou reembolsos registados, através do ajustamento das diferentes posições existentes em carteira ao peso previsto como ponto central para o *benchmark* seguido pela gestão.

| COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

ESTRUTURA DA CARTEIRA

31 DE DEZEMBRO DE 2021

Segmento	VALOR	%
Obrig. Globais Dívida Pública	5 257 410,56 €	44,31%
Obrig. Globais Dívida Privada	4 676 901,00 €	39,42%
Ações Globais	1 339 375,82 €	11,29%
Investimentos Alternativos	596 809,98 €	5,03%
Líquidez	- 6 297,71 €	-0,05%
TOTAL	**11 864 199,65 €**	**100,00%**



O investimento do **Fundo de Pensões Abertos CORPORATE MODERADO** é composto, na sua totalidade, nas diferentes classes de ativos que não a Liquidez, por participações em Organismos de Investimento Coletivo (OIC), não havendo exposição alguma a instrumentos financeiros de entidades que tenham uma relação de domínio ou de grupo com a Futuro.

A estratégia está definida para capturar crescimento através do investimento diversificado e global em obrigações e ações. Na componente de ações a exposição é passiva face a um índice global de ações, capturando a performance do mercado de ações, sem apostas táticas. Na componente de obrigações, tendo em conta a evolução verificada pelas taxas de juro, menos favorável à valorização das obrigações, há uma exposição passiva ao mercado de obrigações da zona Euro, capturando o retorno deste mercado. Existe ainda, para proteção da carteira, num ambiente de subida de taxas, uma orientação para obrigações com duração mais curta (reduzindo-se o risco de taxa de juro) e uma estratégia de retorno absoluto, em que os gestores têm liberdade para gerir a exposição geográfica, sectorial e duração de forma a obter um retorno positivo, tendo em conta o retorno negativo esperado nas obrigações com a subida de taxas.

| RISCOS MATERIAIS

Considerando a política de investimento definida para o **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO**, este encontra-se sujeito a diferentes fatores de risco relacionados quer com o investimento em títulos de rendimento variável, quer com os títulos de rendimento fixo, incorrendo designadamente no risco de variação do preço desses ativos, risco de crédito do emitente, risco de variação da taxa de juro ou risco de *spread*, associado à volatilidade dos *spreads* de crédito. Os ativos denominados em moeda estrangeira incorporam o risco originado pela volatilidade da taxa de câmbio face ao euro (risco cambial). A carteira incorre igualmente em riscos relacionados com exposição geográfica e sectorial.

Para verificação do nível de risco incorrido em cada carteira, nomeadamente, o risco dos ativos que a compõem, a Futuro utiliza diversas medidas estatísticas e financeiras, como sejam, a *duration*, a monitorização das notações de *rating* das emissões de dívida em carteira, bem como a metodologia *VaR* (*Value at Risk), tracking error e informaton ratio*.

ANÁLISE VAR (*VALUE AT RISK*)

F.P. Corporate Moderado Em termos absolutos (€)	31-dez-21		31-dez-20	
Mark-to-Market (Total da Carteira)	11 864 199,65 €	%	9 711 027,90 €	%
VaR Global (1 ano)	695 819,66 €	5,86%	719 789,94 €	7,41%
VaR Mercado	693 796,68 €	5,85%	567 975,32 €	5,85%
Risco Taxa de Juro	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Risco de Variação de Preços com Ações	693 796,68 €	5,85%	567 975,32 €	5,85%
Risco Imobiliário	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Risco de Spread	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Risco Cambial	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Risco de Concentração	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
VaR Crédito	7 922,80 €	0,07%	322 402,37 €	3,32%

Nota:

Define-se como base para esta metodologia, a perda potencial máxima do Fundo, considerando-se no seu cálculo um intervalo de confiança de 99,5% para o horizonte temporal a um ano.

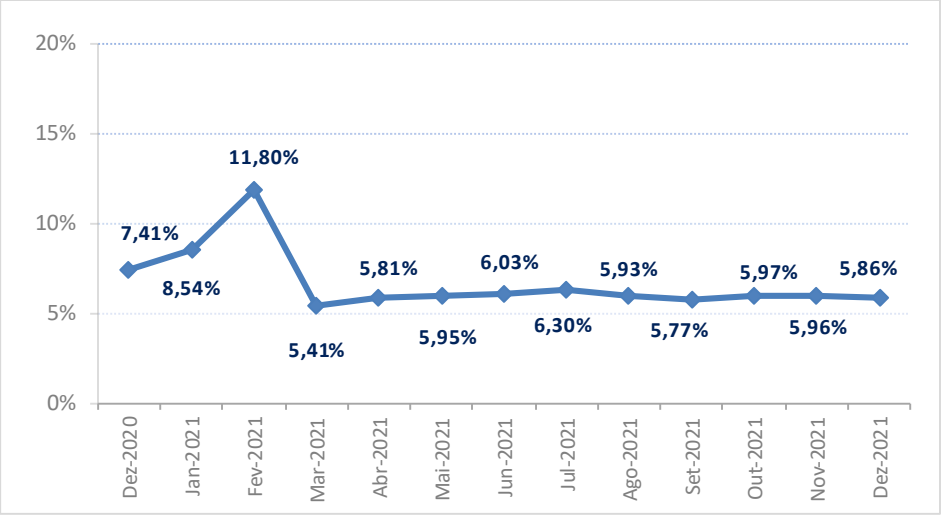
No VaR de Crédito apenas se analisa o risco creditício das entidades onde se encontram os depósitos, dado que o risco de crédito das emissões de dívida é analisado no Risco de Spread.

O valor do *VaR* Global a 1 ano do **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO**, no final do ano de 2021, era de 695.819,66€, correspondendo a 5,86% do valor do Fundo. Em relação a dezembro de 2020, o *VaR* Global a 1 ano reduziu-se de 7,41%.

O *VaR de Mercado* da carteira, que avalia o *Risco de Taxa de Juro*, o *Risco de Variação de Preços com Ações*, o *Risco com Imobiliário*, o *Risco de Spread*, o *Risco Cambial* e o *Risco de Concentração*, manteve-se no mesmo nível, tendo o maior efeito para a diminuição do valor do *VaR* Global ficado a dever-se ao *VaR* de Crédito da carteira que se reduziu de 3,32% em 2020, para 0,07% em dezembro de 2021.

EVOLUÇÃO VALUE AT RISK

YTD 2021



OUTRAS MEDIDAS DE RISCO

31 DE DEZEMBRO DE 2021

Medidas de Risco	*Excess Return*	*Sharpe Ratio*	*Tracking Error*	*Information Ratio*
Últimos 12 meses	-0,19%	1,10	0,95%	-0,20
Últimos 2 Anos	-0,27%	0,65	1,05%	-0,25
Últimos 3 Anos	-0,63%	0,98	1,06%	-0,59

Nota:

O índice Sharpe Ratio é calculado utilizando como taxa de juro sem risco a taxa de dívida pública alemã a 10 anos.

| FACTOS RELEVANTES APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

No início de 2022, o cenário macroeconómico mantinha-se dominado pela inflação persistente, tendência de subida de taxas de juro, alívio da situação pandémica no mundo ocidental e perspetivas de redução dos estímulos monetários.

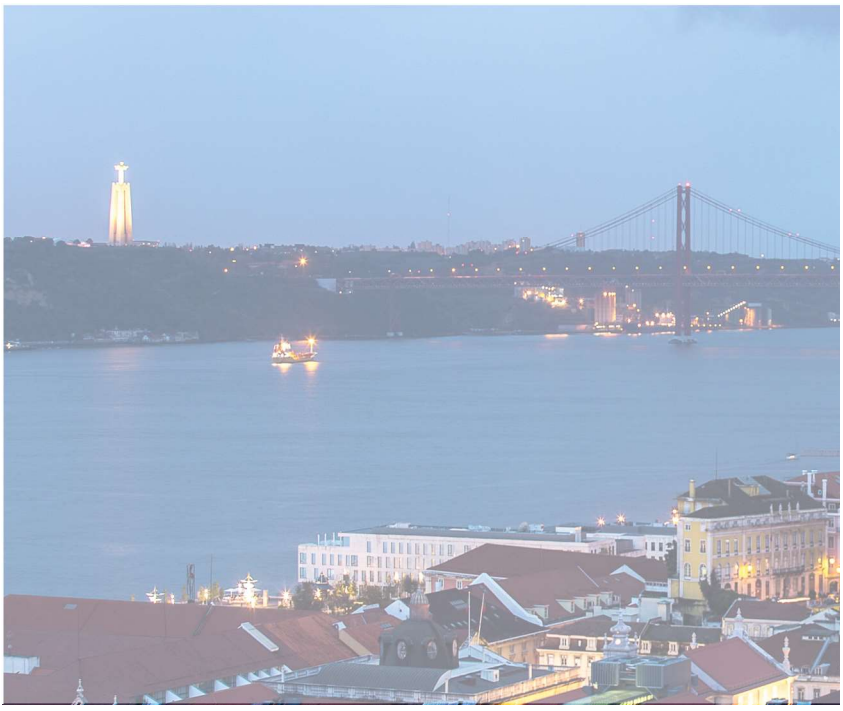
Contudo, muito recentemente, a Europa viu-se confrontada com a escalada de um conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, que já determinou uma situação de fuga em massa da população ucraniana para outros países europeus e pesadas sanções económicas sobre a Federação Russa e Bielorrússia. Esta situação ameaça transtornar severamente o equilíbrio geopolítico entre a Rússia e o mundo ocidental e, em consequência, a evolução macroeconómica, tendo em conta as implicações resultantes, nomeadamente no que se refere ao abastecimento de combustíveis e cereais à Europa.

O papel da Rússia como um grande fornecedor de energia, principalmente para a Europa, resultou em impactos consideráveis nos mercados de energia, tendo o preço do petróleo aumentado significativamente sobre o movimento ascendente que já vinha a registar – com o *Brent* a ultrapassar os 100 dólares por barril de imediato no dia 24 de fevereiro –. Outras *commodities*, onde ambas as nações são importantes produtores (incluindo trigo e paládio), também tiveram aumentos de preços acentuados.

Por conseguinte, o momento é de total incerteza e mesmo admitindo que o conflito termine em breve, permanecerão decerto impactos macroeconómicos que não se desvanecerão de imediato e o relacionamento político internacional com a Rússia desenrolar-se-á num patamar completamente diferente.

Os mercados financeiros reagiram de forma bastante negativa perante a gravidade da situação, tendo-se assistindo a quedas muito significativas nos mercados de ações e à procura de ativos de refúgio, tais como o ouro ou a Dívida Alemã e Americana, numa conjuntura onde continuam presentes as preocupações com a subida da inflação e com as decisões dos Bancos Centrais, relativamente ao processo de retirada dos estímulos monetários à economia.

No que se refere à componente de gestão da carteira do **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO**, a Futuro irá prosseguir o seu trabalho de adaptação aos Regulamentos relativos às Finanças Sustentáveis, no sentido de cada vez mais impregnar os fatores ESG no seu processo de investimento.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

| POSIÇÃO FINANCEIRA

Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

ATIVO	Notas	31/dez/2021	31/dez/2020
INVESTIMENTOS			
Terrenos e edifícios		- €	- €
Instrumentos de capital e unidades de participação		11 870 497,36 €	9 179 543,73 €
Títulos de dívida pública		- €	- €
Outros títulos de dívida		- €	- €
Empréstimos concedidos		- €	- €
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI		13 203,53 €	537 290,69 €
Outras Aplicações		- €	- €
	(*)	**11 883 700,89 €**	**9 716 834,42 €**
OUTROS ATIVOS			
Devedores			
Entidade gestora		- €	- €
Estado e outros entes públicos		- €	- €
Depositários		- €	- €
Associados		- €	- €
Participantes e beneficiários		- €	- €
Outras entidades		57 700,01 €	- €
		57 700,01 €	**- €**
Acréscimos e diferimentos		**- €**	**- €**
Total do Ativo		**11 941 400,90 €**	**9 716 834,42 €**

PASSIVO	31/dez/2021	31/dez/2020
Credores		
Entidade gestora	2 021,25 €	1 639,85 €
Estado e outros entes públicos	20 274,82 €	1 205,00 €
Depositários	1 201,61 €	914,50 €
Associados	- €	- €
Participantes e beneficiários	51 875,84 €	- €
Outras entidades	1 827,73 €	2 047,17 €
	77 201,25 €	**5 806,52 €**
Acréscimos e diferimentos	**- €**	**- €**
Total do Passivo	**77 201,25 €**	**5 806,52 €**
VALOR DO FUNDO	**11 864 199,65 €**	**9 711 027,90 €**
VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO	**10,8496 €**	**10,7697 €**

(*) Ver Inventário

O Contabilista Certificado

2 de março de 2022

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	Notas	31/dez/2021	31/dez/2020
Contribuições	1	3 786 719,68 €	2 865 202,61 €
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	2	1 715 438,99 €	652 965,12 €
Ganhos líquidos dos investimentos	3	115 872,77 €	359 143,60 €
Rendimentos líquidos dos investimentos	4	- €	1 277,05 €
Outros rendimentos e ganhos	4	67,35 €	- €
Outras despesas	5	34 049,06 €	24 632,53 €
RESULTADO LÍQUIDO		**2 153 171,75 €**	**2 548 025,61 €**

O Contabilista Certificado

2 de março de 2022

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	31/dez/2021	31/dez/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Contribuições:		
Associados	731 999,28 €	591 632,32 €
Participantes	240 867,56 €	225 842,33 €
Beneficiários	- €	- €
Transferências:		
De fundos de pensões	607 640,03 €	2 047 727,96 €
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos:		
Pensões pagas	179 050,54 €	80 504,50 €
Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias	- €	- €
Capitais vencidos:		
Remições	223 986,18 €	40 212,01 €
Vencimentos	38 599,04 €	21 381,16 €
Transferências:		
Para fundos de pensões	1 221 927,39 €	510 867,45 €
Remunerações:		
De gestão	23 138,25 €	17 297,41 €
De depósito e guarda de ativos	4 342,44 €	3 260,22 €
Outros rendimentos e ganhos	67,35 €	- €
Outras despesas	- 12 950,52 €	2 123,01 €
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**- 97 519,10 €**	**2 189 556,85 €**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
RECEBIMENTOS:		
Alienação / reembolso dos investimentos	1 650 031,96 €	20 799,99 €
Rendimentos dos investimentos	- €	1 350,58 €
PAGAMENTOS:		
Aquisição de investimentos	2 076 600,02 €	1 888 199,99 €
Comissões de transação e mediação	- €	- €
Outros gastos com investimentos	- €	- €
Fluxo Líquido das Atividades de Investimento	**- 426 568,06 €**	**- 1 866 049,42 €**
Variações de caixa e seus equivalentes	**- 524 087,16 €**	**323 507,43 €**
Efeitos de alterações da taxa de câmbio	**- €**	**- €**
Disponibilidades no início do período	**537 290,69 €**	**213 783,26 €**
Disponibilidades no fim do período	**13 203,53 €**	**537 290,69 €**

O Contabilista Certificado

2 de março de 2022

| NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

O **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO** é um fundo de pensões aberto, que permite adesões individuais (com plano de pensões de contribuição definida) e adesões coletivas (com plano de pensões de contribuição definida e/ou de benefício definido, descritos no quadro abaixo) e foi autorizado em 04 de agosto de 2016, tendo sido iniciada a sua comercialização em 22 de dezembro do mesmo ano.

Tem um património autónomo, tendo como objetivo conceder pensões, a título de pré-reforma, reforma antecipada, reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência.

A sua carteira é constituída através de um mandato multi-ativos, destinando-se a participantes e associados avessos ao risco. O **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO** é gerido exclusivamente pela Futuro, SA.

439	TIPO
439/01	CD
439/02	CD
439/03	CD
439/04	CD
439/05	CD
439/06	CD
439/06	BD
439/07	CD
439/08	CD
439/09	CD
439/09	BD
439/10	CD
439/11	CD

As demonstrações financeiras do fundo reportam-se ao ano findo em 31 de dezembro de 2021 e foram preparadas de acordo com o disposto regulamentar nº 7/2010 - R de 4 de junho, o qual atende aos princípios gerais estabelecidos na International Accounting Standard (IAS) 1, nomeadamente os de apresentação apropriada, continuidade, regime contabilístico do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

ESPECIALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO

O **Fundo de Pensões** tem o registo das receitas e das despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes

recebidos ou pagos e as correspondentes receitas ou despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

RENDIMENTOS

Os rendimentos respeitantes a rendimentos de títulos são contabilizados no período a que respeitam, exceto no caso de dividendos de ações que são reconhecidos quando recebidos.

CONTRIBUIÇÕES

As contribuições efetuadas para o **Fundo de Pensões** são reconhecidas quando recebidas.

PENSÕES E REEMBOLSOS PAGOS

As pensões e reembolsos são reconhecidas no momento em que são devidos, sendo este momento, em regra, o mesmo em que ocorre o seu pagamento.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O critério de valorização dos ativos é o seguinte:

Instrumentos de Dívida

a. Valores Mobiliários Cotados

   Os valores mobiliários admitidos à cotação ou à negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente, com base na última cotação disponível no momento de referência. Caso não exista cotação nesse dia, utiliza-se a última cotação de fecho disponível, desde que se tenha verificado nos 15 dias anteriores.

b. Valores Mobiliários não Cotados

   Os valores representativos de dívida não cotados, ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados diariamente com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o seu presumível valor de realização. Essa cotação é procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como a *Bloomberg* ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora.

c. Ativos a deter até à Maturidade

   Baseia-se no respetivo valor de reembolso e na respetiva taxa efetiva de capitalização (nas situações de manutenção dos títulos até à maturidade).

d. Momento de Referência

   O momento de referência para as colocações disponibilizadas pelas Bolsas é as 17h00 do dia da valorização.

Instrumentos de Capital

Na valorização dos instrumentos de capital é utilizado o preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

COMISSÕES

COMISSÕES DE GESTÃO

A comissão de gestão corresponde à remuneração da entidade gestora, cobrada ao **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO** pela gestão financeira, técnica e administrativa do **Fundo de Pensões**. O cálculo da comissão resulta da aplicação da percentagem definida no Regulamento de Gestão sobre o valor do **Fundo de Pensões** apurado diariamente.

COMISSÕES DE BANCO DEPOSITÁRIO

Esta comissão corresponde ao pagamento à Caixa Económica Montepio Geral pelos serviços prestados no âmbito do contrato de mandato e tarifário do **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO**. O método de cálculo reside na aplicação da percentagem, definida no contrato, sobre o valor médio da carteira de ativos apurado em cada trimestre.

REGIME FISCAL

De acordo com o artigo 16º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os fundos de pensões e equiparáveis são isentos de:

i. IRC relativo aos rendimentos obtidos pelos fundos de pensões e equiparáveis e,
ii. Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

De acordo com o artigo 88º do Código do IRC, alínea 11, os lucros distribuídos a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total são tributados à taxa de 23% se as ações a que correspondem os lucros não tenham permanecido em carteira, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da colocação do dividendo e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

TRANSAÇÕES COM ASSOCIADO

N/A

INVENTÁRIO

Descrição	Moeda	ISIN	Quantidade /Montante	Valor Custo	Valor Mercado	Juro	Total Carteira
MGI MercrPasGL E-M4H	EUR	IE00BGY64Y71	7 331,81	1 088 581,62	1 339 375,82	0,00	1 339 375,82
MGI EURO BOND M7E	EUR	IE00B1KQVY57	16 124,30	2 389 522,00	2 319 319,46	0,00	2 319 319,46
MER ABS RET FI-A16.€	EUR	IE00BM957972	28 818,94	2 957 477,47	2 938 091,10	0,00	2 938 091,10
MERCER S D G BD1-M2H	EUR	IE00BBPLSL15	21 579,45	2 368 358,99	2 348 491,11	0,00	2 348 491,11
MERCER S D G BD2-M2H	EUR	IE00BBPLSM22	23 014,83	2 377 588,68	2 328 409,89	0,00	2 328 409,89
MERCER UC ALT ST M1H	EUR	IE00BYMFST52	6 854,37	591 782,42	596 809,98	0,00	596 809,98
Instrumentos de capital e unidades de participação				**11 773 311,18 €**	**11 870 497,36 €**	**- €**	**11 870 497,36 €**
DEPOSITOS ORDEM	EUR				13 203,53		13 203,53
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI					**13 203,53 €**	**- €**	**13 203,53 €**

CONTRIBUIÇÕES

Nota 1 - Contribuições		
	31/dez/2021	31/dez/2020
Contribuições		
Associados	731 999,28 €	591 632,32 €
Participantes	240 867,56 €	225 842,33 €
Beneficiários	- €	- €
Transfª de outros fundos pensões/seguros	2 813 852,84 €	2 047 727,96 €
Total Contribuições	**3 786 719,68 €**	**2 865 202,61 €**

Na rubrica Contribuições vemos a respetiva desagregação por tipo de contribuição efetuada no ano de 2021, apresentando maior peso o valor das transferências vindas de fora, à semelhança do verificado no ano anterior.

BENEFÍCIOS PAGOS

Nota 2 - Montante dos Benefícios Pagos		
	31/dez/2021	31/dez/2020
Pensões, Capitais e Prémios Únicos Vencidos		
Prémios de seguro	- €	- €
Pensões pagas		
Velhice	150 995,28 €	73 127,22 €
Invalidez	9 689,52 €	7 377,28 €
Orfandade	160,84 €	- €
Viuvez	18 204,90 €	- €
Reforma antecipada e pré-reforma	- €	- €
Reembolsos	314 461,06 €	61 593,17 €
Encargos inerentes ao pagamento pensões	- €	- €
Transfª para outros fundos pensões/seguros	1 221 927,39 €	510 867,45 €
Total Pensões	**1 715 438,99 €**	**652 965,12 €**

Nestas rubricas, no total de 1.715.438,99€, está refletida a respetiva desagregação por tipo de benefício pago no ano de 2021, verificando-se um acréscimo considerável tanto nos reembolsos como nas transferências para fora, relativamente ao ano anterior.

GANHOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS

Nota 3 - Ganhos Líquidos dos Investimentos (Potenciais e Realizados)		
	31/dez/2021	31/dez/2020
Ganhos Líquidos dos Investimentos		
Instrumentos de capital e unidades de participação	115 872,77 €	359 143,60 €
Títulos de dívida pública	- €	- €
Outros títulos de dívida	- €	- €
Outras Aplicações	- €	- €
Total ganhos / perdas	**115 872,77 €**	**359 143,60 €**

O resultado das aplicações realizadas no ano de 2021 foi positivo em 115.872,77€, verificando-se um decréscimo relativamente ao ano anterior.

RENDIMENTOS

Nota 4 - Rendimentos		
	31/dez/2021	31/dez/2020
Rendimentos		
Instrumentos de capital e unidades de participação	- €	1 246,99 €
Títulos de dívida pública	- €	- €
Outros títulos de dívida	- €	- €
Depósitos em instituições de crédito	- €	30,06 €
Total Rendimentos Líquidos	**- €**	**1 277,05 €**
Outras receitas	67,35 €	- €
Total Rendimentos	**67,35 €**	**1 277,05 €**

No ano de 2021 não se verificaram recebimentos de rendimentos das aplicações do **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO**.

DESPESAS

Nota 5 - Despesas		
	31/dez/2021	31/dez/2020
Custos		
Comissões de gestão fixa	23 519,65 €	17 731,13 €
Comissões de gestão variável	- €	- €
Comissões de custódia	4 629,55 €	3 476,31 €
Taxa A.S.F.	466,98 €	392,39 €
Impostos	1 125,80 €	848,54 €
Custos de auditoria	1 699,00 €	1 945,00 €
Despesas com imóveis	- €	- €
Outras despesas	2 608,08 €	239,16 €
Total Despesas	**34 049,06 €**	**24 632,53 €**

Neste quadro podemos observar a distribuição dos Custos pelas diferentes rubricas do Balancete, sendo visível um ligeiro acréscimo relativamente ao ano anterior.

| GESTÃO DE RISCO

EXPOSIÇÃO E ORIGEM DOS RISCOS

Como resultado da política de investimento adotada, o **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO** está exposto a diversos tipos de risco, que refletem o risco implícito dos ativos que constituem a carteira do Fundo:

RISCO DE MERCADO

Reflete diferentes fatores de risco relacionados com o investimento em ações, onde a variação dos preços dos ativos é normalmente mais acentuada (sensibilidade da carteira a variações no mercado de ações). Igual condição está subjacente ao preço dos imóveis/imobiliário, embora a variação de preços destes não seja tão volátil. A classe de ativos de taxa de juro também é outro dos focos de risco, resultado das flutuações das taxas de juro ou dos *spreads* de créditos bem como pelo risco de crédito associado ao emitente. O investimento em ativos em moeda estrangeira incorpora o denominado risco cambial, originado pela volatilidade da taxa de câmbio face ao euro. Por fim, o conjunto dos investimentos efetuados poderá potenciar o risco de concentração aos mais diversos níveis, como por exemplo por contraparte ou por nível de *rating*.

RISCO DE CRÉDITO

Conforme definido pela Norma Regulamentar N.º 8/2009-R, da ASF, trata-se do "risco de incumprimento ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais o Fundo está exposto, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, participantes e resseguradores que com ele se relacionam". No âmbito do modelo da *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), a aplicabilidade deste risco está relacionada com as entidades com as quais são celebrados contratos de mitigação de risco e com os emitentes dos ativos financeiros expostos ao risco de crédito que não foram incluídos no sub-módulo do risco de *spread* (ex: *sponsor support*, seguros, titularizações, derivados e depósitos bancários).

Pelo efeito das alterações aos *credit spreads* dos instrumentos de dívida, o risco de crédito está implicitamente associado ao risco de spread, já que se trata do prémio de risco adicional que o mercado exige ao emitente face a outro ativo sem risco, para assumir a exposição de crédito, sob o risco de o emitente não apresentar capacidade financeira para cumprir com as suas responsabilidades.

RISCO DE LIQUIDEZ

Entendido como a capacidade de tornar líquida no mercado, a posição detida em ativos, com a maior rapidez e com menor impacto possível, ao nível dos resultados realizados, face ao que seria expectável mantendo as posições em carteira. Consequência da política de investimento adotada existe o risco de haver uma eventual dificuldade na venda de alguns dos ativos do Fundo. A entidade gestora procura gerir da melhor forma o seu portfólio para que não haja escassez de liquidez.

OBJETIVOS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE RISCOS

A integração das políticas e estratégias do sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno passou pela adoção de uma política específica que consiste em manter uma cultura de orientação para o risco com repercussão

em toda a estrutura organizacional da Futuro e com especial incidência ao nível das responsabilidades do órgão de administração e dos diretores de topo, estabelecendo os princípios que norteiam a definição das políticas, dos procedimentos e dos respetivos controlos.

Considerando as disposições delineadas na política de investimento do **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO** relativas à exposição aos diversos riscos e às diferentes disposições legais é monitorizado diariamente o controlo desses limites, através da emissão de um relatório "limites legais e investimentos excedidos". O relatório é então analisado detalhadamente para que se decida se há motivos para atuar face aos limites excedidos.

Posteriormente, a gestão de risco monitoriza o efeito das medidas adotadas e o seu impacto na política de investimento. Simultaneamente são também monitorizados os níveis de exposição aos limites legais e prudenciais que regulamentam o Fundo.

Para além da verificação do cumprimento da política de investimento e dos limites legais e prudenciais, a Futuro efetua o controlo e a monitorização do fundo recorrendo a diversas medidas de risco e a um conjunto de procedimentos internos que visam manter a gestão sã e prudente do risco.

O modelo de Gestão de Risco utilizado é fundamentado na perspetiva técnica dos estudos "*QIS Fundos de Pensões*" da EIOPA. O desenvolvimento de indicadores de tolerância para este modelo permite monitorizar as variações desses indicadores, de acordo com a política de investimento definida para o Fundo.

A monitorização do risco de mercado assenta no cálculo do *VaR*, com um intervalo de confiança de 99,5% para o horizonte temporal a um ano. Dado o *VaR* não constituir uma garantia total de que os riscos não excedem a probabilidade usada, são também efetuados *stress tests*, com o objetivo de calcular o impacto de diversos cenários extremos sobre o valor da carteira.

A avaliação do nível de liquidez da componente acionista e obrigacionista do Fundo é feita através de um *liquidity test*. No caso das ações, esta análise é feita em número de dias para liquidar, tendo em conta os ativos em carteira. Este teste consiste na verificação do grau de liquidez do segmento acionista, avaliando quantos dias são necessários para a sua liquidação no mercado, tendo em conta os custos associados a essas transações e o volume médio histórico das transações nos diversos mercados. Complementarmente, no segmento obrigacionista é feito o cálculo dos recebimentos (*cash-flows* positivos) decorrentes dos pagamentos de cupões (juros) de obrigações e amortizações ou eventuais exercícios de *Call*, para o período de um ano. O conjunto destes testes permitem avaliar o grau de liquidez a curto prazo e monitorizar ou atuar perante a possível escassez de liquidez atempadamente.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE, MÉTODOS E PRESSUPOSTOS USADOS

RISCO GLOBAL

No final de 2021, o **VaR Global a 1 ano** do **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO** era de **695.819,66€**. Considerando o risco dos investimentos subjacentes e as respetivas correlações, esta medida permite ter 99,5% de confiança de que a variação do valor do Fundo ao longo de um ano não resultará numa perda superior àquele montante. Ou seja, existe 0,5% de probabilidade de que o Fundo possa desvalorizar mais do que 5,86% no período de um ano.

Value-at-Risk	Valor	%	Total Ativos em análise
Mark-to-Market (Total da Carteira)	11.864.199,65 €		
Risco Global	695.819,66 €	5,86%	
Risco de Mercado	693.796,68 €	5,85%	
Risco Taxa de Juro	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco de Variação de Preços com Ações	693.796,68 €	5,85%	1.339.375,82 €
Risco Imobiliário	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco de Spread	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco Cambial	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco de Concentração	0,00 €	0,00%	11.870.497,36 €
Risco com Produtos Derivados	0,00 €	0,00%	0,00 €
Risco de Crédito	7.922,80 €	0,07%	13.203,53 €

RISCO DE MERCADO

O Risco de Mercado resulta do nível de volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros. A exposição ao risco é medida através da aplicação de choques aos preços das ações, taxas de juro, preços de imobiliário e taxas de câmbio.

As perdas potenciais dos sub-riscos correlacionados e que correspondem ao total do ***VaR de Mercado*** no final do ano eram de **693.796,68€**.

Risco de Taxa de Juro

Este risco é medido através da aplicação de choques de subida e descida da taxa de juro ao longo da Estrutura Temporal de Taxa de Juro (ETTJ) e consequente impacto no ativo/passivo do Fundo.

A ETTJ é disponibilizada pela EIOPA mensalmente e corresponde à média das *risk free yields curves* de cada país da União Europeia (moeda euro) e da *risk free yield* dos Estados Unidos para o dólar. A aplicação destes choques varia consoante a maturidade dos ativos e a sua duração.

No final do ano, o risco de taxa de juro era de 0,00€/ano, pois a exposição era efetuada através de fundos de investimento mobiliários.

Risco de Variação de Preços com Ações

Relaciona o risco das ações com a volatilidade dos mercados, utilizando índices de referência para verificar a sensibilidade da carteira a variações no mercado. O risco acionista foi associado a duas categorias:

i. Global – ações cotadas em mercados regulamentados de países membros Área Económica Europeia (EEA) ou da OCDE;
ii. Outros – ações cotadas em mercados regulamentados que não sejam membros da EEA ou da OCDE, ações não cotadas, *commodities* e investimentos alternativos;

Os fatores de *stress* a aplicar foram calibrados a partir dos dados históricos do *MSCI World Developed Price index* para as ações globais e de quatro índices representativos da categoria 2 (*LPX50 Total Return, S&P GSCI TR, HFRX Global Hedge Fund* e *MSCI Emerging Markets* BRIC), sendo os cenários de choque a aplicar para cada uma das categorias 41,8% e 51,8%, respetivamente.

Risco de Var. de Preços com Ações		693.796,68 €	5,85%
Ações	**Soma Valor Mercado SMV_i**	**Soma Valor Mercado após choque SMV_i**	**Capital necessário $Risco_{acc}$**
Ações cotadas mercado EAA/OCDE	-	-	-
FIM's ações foco mercado EAA/OCDE	-	-	-
Ações cotadas mercado não-EAA/OCDE	-	-	-
FIM's ações foco mercado não-EAA/OCDE	1.339.375,82 €	645.579,14 €	693.796,68 €
Ativos em análise			1.339.375,82 €

Pressuposto:

Choque nos preços dos ativos de 41,8% para investimentos da categoria Global e 51,8% para investimentos da categoria Outros.

No final do mês de dezembro o Risco de Variação de Preços com ações era de 693.796,68€/ano.

Risco de Variação de Preços com Imobiliário

O risco imobiliário está relacionado com o nível de volatilidade de preços dos imóveis. A aplicação de choques para os imóveis foi calibrado em 25%, que corresponde ao *VaR* a 99,5%, ou seja, simula-se o impacto imediato no valor de mercado dos ativos, tendo em conta as exposições diretas e indiretas.

A calibragem de 25% foi determinada pela EIOPA através da análise de dados históricos do índice *Investment Property Databank* (IPD), que agrega dados recolhidos de investidores institucionais, empresas imobiliárias e fundos de investimento.

A sensibilidade do fundo à variação de preços com imobiliário corresponde ao VaR de 0,00€/ano para o período de um ano, por não haver exposição a este tipo de ativos.

Risco de Crédito (Spread)

O risco de *spread* é explicado pela volatilidade dos spreads de crédito sobre a estrutura de taxa de juro sem risco, o que reflete as mudanças em valor para movimentações da curva de crédito relativamente à taxa de juro sem risco.

O impacto de subida dos *spreads* de crédito é resultado da aplicação de um fator definido em função da classe de *rating* do emitente do ativo e da sua duração.

Tal como no sub-módulo de risco de taxa de juro, a Futuro analisa o risco de *spread* para dois tipos de obrigações: taxa fixa e taxa indexada, sendo que neste modelo não é exigido qualquer requisito de capital à exposição a títulos de governos ou bancos centrais da EEA, ou por estes garantidos.

Em dezembro o impacto do risco de *spread* seria de 0,00€, pois não existia exposição direta a ativos com estas características no **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO.**

Risco Cambial

Considerando que o valor dos ativos expressos em moeda fora do euro pode alterar face a oscilações cambiais, o cálculo do *VaR* permite medir a valorização ou a desvalorização das várias moedas de investimento face à moeda de referência. Aplicando choques de valorização e desvalorização cambial (+25% e -25%), será possível calcular o *VaR* global do risco cambial. A calibragem destes choques foi efetuada com base nas taxas de câmbio face ao euro, de um cabaz composto por diferentes moedas, representativas de 6 economias em 16 cenários com diferentes exposições cambiais. Os dados históricos utilizados para a calibragem dos choques referem-se ao período de 1971-2009.

A perda máxima no horizonte temporal de um ano para a variação cambial em análise era de 0,00€, visto que a totalidade dos ativos no Fundo estavam expressos em moeda Euro.

Risco de Concentração

O cálculo do risco de concentração é feito no âmbito da concentração por contraparte – Grupo Económico, atendendo a fatores como a qualidade creditícia da contraparte e aos limites de concentração por *rating*.

Os OIC's, na composição das suas carteiras, também contêm risco de concentração, assim, a análise destes é feita numa perspetiva *look-through*, desde que a exposição a esses OIC's individualmente ultrapassar os 3%.

A calibragem do risco de concentração foi efetuada, com o pressuposto de um portfólio de ativos médio de 20% em ações e 80% em obrigações. Nestas 25% serão sem risco (divida soberana com nível de *rating* AAA) e 75% as restantes. Os 20% em ações replicam a rendibilidade do índice *Eurostoxx 50* (série históricas de preços no período de 1993-2009). Tal como no risco de *spread*, também neste sub-módulo se excluem as exposições a títulos de governos ou bancos centrais da EEA, ou por estes garantidos.

Risco Concentração	0,00 €	0,00%

Risco Concentração	Exposição por Grupo Económico	$Risco^2_{conc}$
Standard	0	-
Solvência II sem *rating;* Instituições Financeiras e de Crédito	0	-
Obrigações com garantia	0	-
Imóveis	0	-
Gov. não membros EAA	0	-
Total	0	0,00 €
Ativos em análise		11.870.497,36 €

Pressuposto:

Choque nos ativos tendo em conta fatores como a qualidade creditícia da contraparte e os limites de concentração por rating.

A análise de sensibilidade considerando os parâmetros definidos, não resulta em qualquer perda.

RISCO DE CRÉDITO

Na vertente de risco de crédito são consideradas as entidades com as quais são celebrados contratos de mitigação de risco e os emitentes dos ativos financeiros expostos ao risco de crédito que não foram incluídos no sub-módulo do risco de *spread*.

Os tipos de exposição considerados para este efeito estão divididos em dois tipos:

i. Exposições que não sendo diversificadas, a contraparte tem notação de crédito;
ii. Exposição que podendo habitualmente ser diversificadas, a contraparte não tem notação de crédito;

Tendo em conta estes pressupostos e face à carteira do **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO**, apenas foi tida em conta para esta análise, a posição em depósitos (ordem e a prazo), já que para as restantes exposições não há ativos em carteira.

Risco de Crédito		7.922,80 €	0,07%

Depósitos Bancários por Grupo Económico	Notação *Rating*	Soma Valor Mercado SMV	Loss Given Default LGD	Probability of default PD
C.E. Montepio Geral	B	13.203,53 €	13.203,53 €	4,18%
Ativos em análise				13.203,53 €

No final do ano, as perdas potenciais com origem em inesperada deterioração ou entrada em *default* das contrapartes em análise, para o horizonte temporal de 12 meses é de 7.922,80€.

Complementarmente à análise de sensibilidade efetuada, é efetuada também a monitorização à componente obrigacionista da carteira. Assim a 31 de dezembro de 2021, o Fundo não detém neste segmento ativos com rating igual ou inferior a BB+, considerando o investimento direto e indireto.

Através da verificação dos limites da política de investimento são monitorizados os limites de crédito por contraparte, assim como a notação média de *rating* da carteira, que se situava no final de 2021 no nível A, considerando a escala *Standard & Poors*.

	dez/21
Percentagem de títulos *rating* < = BB+	0,00%
Notação média de *rating* da carteira *(Standard & Poors)*	A

RISCO DE LIQUIDEZ

Por forma a analisar a capacidade de conversão dos ativos em carteira em numerário, para fazer face a obrigações assumidas no momento do seu vencimento, ou para conseguir antes do seu vencimento, transacionar um determinado ativo a um preço razoável (ex. valor de mercado) são realizados testes às classes de ativos predominantes na carteira (ações e obrigações).

Os resultados aos testes realizados demonstram que 100,00% das posições detidas em ações seriam alienadas no período médio de 0-1 dias sem afetar de forma significativa o valor do Fundo.

Perfil de Risco de Liquidez

Segmento Acionista	dez-21
% da carteira total de ações com liquidação em 0-1 dias*:	100%
Custos de transação associados	10,36 bp
Ativos em análise	1.339.375,82 €

Nota*: com participação no mercado =30% face ao volume médio transacionado no periodo

Perfil de Risco de Liquidez - Segmento Acionista

% Participação	0-1	1-7	7-10	10-30	30-180	>180
5	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: Intervalo de dias (Volume histórico: 30 dias); Unidade : % valor de mercado

Perfil de Risco de Liquidez - Segmento Acionista - Custo de transação

% Participação	0-1	1-7	7-10	10-30	30-180	>180
5	0,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	1,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	3,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	5,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	8,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	10,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: Intervalo de dias (Volume histórico: 30 dias); Unidade: Basis Point

O peso total da componente de ações na carteira do **Fundo de Pensões** é de 11,29%.

No segmento obrigacionista, representado em exclusivo por fundos de investimento mobiliários, a previsão de cash-flows positivos é efetuada numa abordagem *look-through*, que resulta de recebimentos de cupões e amortizações ou exercício de *calls* para o período de 1 ano é o seguinte:

Perfil de Risco de Liquidez - Segmento Obrigacionista - Previsão de Cash-Flow

Ano	Mês	Cupões	Amortizações	Total Cash-flows	Cash-flow Acumulados
2021	Dezembro	332,83 €	- €	332,83 €	332,83 €
2022	Janeiro	18.154,13 €	147.912,68 €	166.066,82 €	166.399,64 €
	Fevereiro	11.828,45 €	117.736,89 €	129.565,34 €	295.964,98 €
	Março	21.236,89 €	312.698,85 €	333.935,75 €	629.900,73 €
	Abril	20.337,78 €	123.129,38 €	143.467,16 €	773.367,89 €
	Maio	18.108,39 €	80.091,04 €	98.199,43 €	871.567,32 €
	Junho	20.284,61 €	120.714,69 €	140.999,30 €	1.012.566,62 €
	Julho	17.651,13 €	57.701,62 €	75.352,75 €	1.087.919,37 €
	Agosto	12.032,74 €	95.930,05 €	107.962,79 €	1.195.882,16 €
	Setembro	17.838,69 €	107.245,11 €	125.083,80 €	1.320.965,96 €
	Outubro	18.079,28 €	154.434,64 €	172.513,92 €	1.493.479,88 €
	Novembro	12.998,19 €	119.221,82 €	132.220,00 €	1.625.699,88 €
	Dezembro	14.678,62 €	256.962,62 €	271.641,23 €	1.897.341,12 €

A exposição indireta em obrigações, na carteira do **Fundo de Pensões** é de 83,73%

STRESS TESTS

O impacto de diversos cenários de stress no valor da carteira para o período temporal de um dia, apresenta os seguintes resultados:

Stress Test

Cinco melhores cenários	Impacto em valor	Impacto em %
Desvalorização EUR vs. USD 10% - O efeito da desvalorização do Euro face ao Dólar em 10% propagou-se a outras moedas e aos mercados acionistas por via da correlação.	300.822,07 €	2,54
Subida Mercado Acionista 10% - Mercados Global/Europeu/Asiático e Japonês valorizam 10% (tendo em conta os efeitos de propagação de choque correlacionados, definidos no âmbito do modelo).	252.877,80 €	2,13
Queda do preço do Petróleo (Maio 2010) - Queda do preço do petróleo em 20% devido a preocupações sobre a forma como os países da Europa reduziriam os défices orçamentais, na sequência da crise Económica Europeia.	223.782,60 €	1,89
Recuperação dos Mercados Acionistas Globais (2009) - Mercados Acionistas em recuperação após desvalorização de 2008.	113.155,53 €	0,95
Crise Financeira Grega (2015) - Simula o impacto do período de resistência do Governo Grego, por via do referendo realizado, até à chegada ao acordo final exigido pelos seus credores para a realização de profundas reformas económicas, e a permanência na Zona Euro.	65.014,46 €	0,55

Cinco piores cenários	Impacto em valor	Impacto em %
Falência da Lehman (2008) - Retornos(rendibilidades) históricos durante o mês seguinte à falência da Lehman Brothers em 2008.	-311.195,36 €	-2,62
Valorização EUR vs. USD 10% - O efeito da valorização do Euro face ao Dólar em 10% propagou-se a outras moedas e aos mercados acionistas por via da correlação.	-300.293,54 €	-2,53
Queda Mercado Acionista 10% - Mercados Global/Europeu/Asiático e Japonês desvalorizam 10% (tendo em conta os efeitos de propagação de choque correlacionados, definidos no âmbito do modelo).	-252.702,84 €	-2,13
O ataque terrorista de 11 de setembro de 2001.Foco no período em torno dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 (registo de dados semanais, conjugados no modelo durante este período).	-214.193,03 €	-1,81
Crise da dívida Soberana & Downgrade (2011) - Crise da Divida Soberana que levou os EUA ao credit downgrade. Este stress test descreve um periodo de 17 dias, com inicio em 22 /07/2011 quando o mercado começou a reagir ao impasse do teto da divida. 08/08/2011 foi o primeiro dia útil após o anuncio do downgrade.	-131.930,76 €	-1,11

As projeções da análise de *stress tests* para os cenários anteriormente mencionados foram efetuadas através do sistema de informação *Bloomberg* com a carteira de investimentos do fundo de pensões em 31 de dezembro de 2021.

CONCENTRAÇÕES DE RISCO NÃO EVIDENTES NOS PONTOS ANTERIORES

Não identificadas.

ALTERAÇÕES FACE AO PERÍODO ANTERIOR

Não houve factos relevantes a assinalar.

EVENTOS SUBSEQUENTES

A recente escalada do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia terá um forte impacto na economia global e consequentemente nos mercados financeiros, quer diretamente pelas sanções que têm vindo a ser aplicadas à Federação Russa e à Bielorrússia, quer devido a outros efeitos colaterais, com destaque nas repercussões sobre, por exemplo, o preço e disponibilidade de matérias-primas, energia ou outros aspetos comerciais ou tecnológicos.

Sendo os Fundos de Pensões patrimónios que têm como objetivo assegurar o financiamento das responsabilidades com pensões, com uma orientação estratégica de médio-longo prazo, o posicionamento, no que se refere a alterações à composição da carteira de investimento do **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO**, tem de ser devidamente ponderado, face à complexidade da situação. Pelo que,

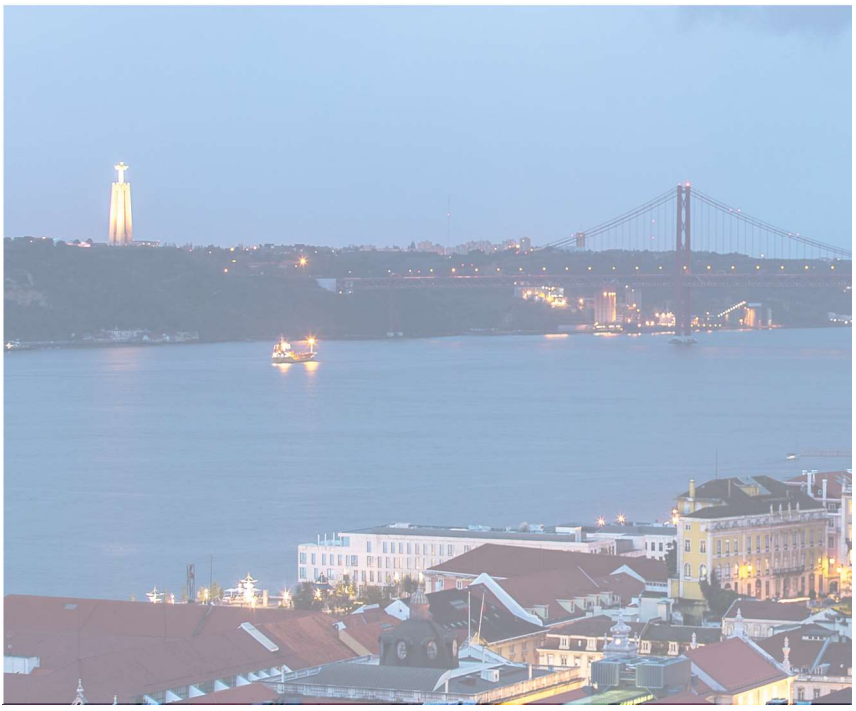
manter-se-á um rigoroso acompanhamento sobre a evolução dos mercados, procurando garantir uma mitigação dos efeitos negativos na carteira, com especial atenção aos seguintes fatores:

- O contexto internacional, marcado pela evolução militar e pelo efeito das sanções económicas, com o incremento dos riscos relacionados com as disrupções ao nível económico;
- A inflação, com génese num momento anterior à referida invasão militar, que viu consolidada e reforçada a trajetória ascendente, nomeadamente pelo mercado global de matérias primas;
- A deterioração das expetativas de crescimento económico;
- As decisões dos Bancos Centrais, que serão mais difíceis neste momento mais complexo, entre a trajetória da inflação e os riscos económicos emergentes. Em que o posicionamento adotado perante a evolução da inflação, reflete-se nos riscos decorrentes de qualquer alteração na política monetária.

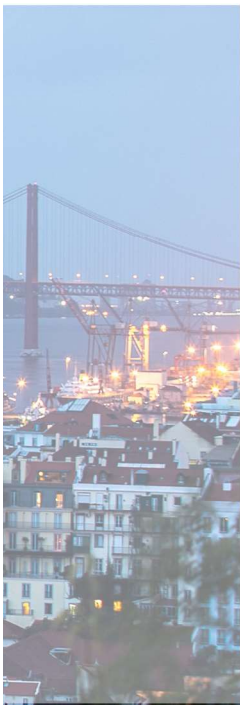
A carteira de ativos do **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO** não tinha qualquer investimento direto na Rússia. Relativamente ao investimento através de fundos de investimento, da análise efetuada em 23 de fevereiro, constatou-se existir apenas uma exposição muito residual inferior a 0,3% do valor do Fundo.

O conselho de administração da Futuro entende que as atuais circunstâncias excecionais, decorrentes do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, não deverá pôr em causa a continuidade das operações do **Fundo de Pensões Aberto CORPORATE MODERADO.**

2 de março de 2022



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Pensões Aberto Corporate Moderado** (adiante também designado por Fundo), gerido pela FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de ativo de 11 941 401 euros, um valor do Fundo de 11 864 200 euros e um resultado líquido de 2 153 172 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Pensões Aberto Corporate Moderado**, em 31 de dezembro de 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção, Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras, abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado no Relatório de Gestão, verificou-se o seguinte desvio temporário face aos limites estabelecidos na política de investimento, que foi comunicado à ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões: o valor do investimento em liquidez no FP Corporate Moderado, ascendia a -0,05% do valor do fundo, sendo que, de acordo com o n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento de Gestão – Definição e Implementação da Política de Investimentos, o Fundo prevê um investimento em liquidez entre 0% e 5%. A situação foi originada pelas responsabilidades de/e com terceiros resultar em valor

ligeiramente superior aos saldos de depósitos à ordem, tendo sido já regularizada durante o mês de janeiro de 2022 com a venda de ativos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	**Síntese da resposta de auditoria**
Valorização dos investimentos	
Os investimentos (excetuando numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações), apresentados na demonstração da posição financeira do Fundo a 31 de dezembro de 2021, ascendem a 11 870 497 euros. A relevância da carteira de investimentos no total do ativo (99,4%) do Fundo justifica que esta tenha sido considerada uma matéria relevante para a auditoria. A carteira de títulos é valorizada ao justo valor e a verificação das cotações e a validação das metodologias e pressupostos de valorização e informação utilizada, particularmente para a valorização de títulos não cotados, reveste-se de grande importância, sendo igualmente relevante o acompanhamento da sua evolução face à Pandemia do Covid-19. Nos termos da legislação aplicável à valorização da carteira de títulos cotados, que apresentem reduzida liquidez nos mercados regulamentados e que sejam maioritariamente transacionados em operações fora de bolsa, é efetuada com o recurso a preços fornecidos pelos principais fornecedores de informação financeira. Os procedimentos adotados na valorização dos investimentos e a sua valorização estão descritos no Relatório de Gestão e nas notas anexas às demonstrações financeiras, em conformidade com a Norma Regulamentar nº 9/2007-R, da ASF.	A nossa resposta envolveu essencialmente a execução dos seguintes procedimentos de auditoria: - Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira; - Reconciliação da carteira dos ativos financeiros com o balancete do Fundo; - Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, de acordo com a regras instituídas na Norma Regulamentar Nº9/2007, da ASF, tendo em consideração os preços de referência divulgados através de plataformas de negociação e fontes de preços externos (Bloomberg e Reuters); - Reconciliação das quantidades de títulos em carteira com a posição disponibilizada pelo Banco Depositário; - Acompanhamento da conjuntura económica relacionada com a Pandemia Covid-19, impactos, reconhecimento e divulgações. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram ainda a avaliação da adequação das divulgações do Fundo no seu Relatório e Contas, tendo por base o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades com pensões	
O Fundo de Pensões tem como objetivo proporcionar um complemento de reforma aos participantes de duas adesões Coletivas de Benefício Definido. A consideração da avaliação dos direitos dos empregados e das obrigações de benefícios definidos e contribuição definida como relevante para a auditoria tem por base, a necessidade de se definirem pressupostos com impacto relevante no cálculo (atuarial) que apura as responsabilidades com pensões, a própria complexidade daqueles cálculos e a grande sensibilidade daqueles pressupostos. As divulgações relacionadas com as responsabilidades com pensões estão incluídas no relatório de gestão e nas notas anexas às demonstrações financeiras.	A nossa resposta envolveu essencialmente a execução dos seguintes procedimentos de auditoria: - Testes de conformidade ao processo de avaliação das responsabilidades com pensões; - Análise do relatório atuarial e avaliação dos pressupostos utilizados e confirmação dos valores de responsabilidades determinados pelo atuário responsável; e - Verificação das eventuais necessidades de financiamento das responsabilidades passadas. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram ainda a avaliação da adequação das divulgações do Fundo no seu Relatório e Contas, tendo por base o referencial contabilístico aplicável.
Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares	
A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos na norma regulamentar da ASF nº 9/2007-R, de 28 de junho e na Alteração Contrato de Gestão – Definição e Implementação da Política de Investimentos, no seu Anexo I, assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações. A confirmação do cumprimento da norma regulamentar nº11/2020-R, de 3 de novembro, que refere que nos casos em que se verifique não terem sido cumpridas as regras de diversificação e dispersão prudenciais estabelecidas no normativo em vigor, relativamente aos ativos que compõem o património do fundo de pensões sob gestão, a Sociedade Gestora deve informar conjuntamente com o mapa "InvestimentosFP", as situações em que foi dado posteriormente cumprimento àquelas regras, descrevendo a respetiva forma de regularização e indicar, nos restantes casos, as medidas que já implementaram ou que se propõem implementar para regularizar a situação.	A nossa resposta envolveu fundamentalmente a execução dos seguintes procedimentos de auditoria: - Verificação do cumprimento do Regulamento de Gestão e cumprimento da norma regulamentar nº 9/2007-R, da ASF; - Análise dos procedimentos de controlo do cumprimento das regras e limites legais e das políticas de investimento do Fundo analisando a evidência da monitorização do cumprimento dos limites e regras ao longo do ano; e, - Recálculo dos limites legais e regulamentares e verificámos o impacto de eventuais situações de incumprimento reportadas nesses mapas, incluindo a verificação da comunicação / autorização da ASF em caso de incumprimento e análise das medidas já implementadas e a implementar para regularização das situações. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram ainda a avaliação da adequação das divulgações do Fundo no seu Relatório e Contas, tendo por base o referencial contabilístico aplicável.

Outras matérias

As demonstrações financeiras do Fundo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por um outro Revisor Oficial de Contas, que expressou uma opinião não modificada (sem reservas) e sem ênfases sobre as demonstrações financeiras, emitida em 15 de abril de 2021.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de

não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

(vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

(vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

(viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

(i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pela Entidade Gestora para um mandato compreendido entre 2021 e 2023;

(ii) o órgão de gestão da Sociedade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

(iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do Fundo em 30 de maio de 2022;

(iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços distintos da auditoria proibidos nos termos do artigo 5º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria;

(v) informamos que, para além da auditoria, prestámos ao fundo os seguintes permitidos por lei e pelos regulamentos em vigor: trabalhos de Auditoria para efeitos de supervisão prudencial para a emissão do Relatório de Exame Simplificado sobre os elementos de índole financeiros e estatísticos do Fundo, nos termos da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho e das Normas Regulamentares da ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, N.º 7/2007-R, de 17 de maio e N.º 11/2020-R, de 3 de novembro.

Lisboa, 30 de maio de 2022

Pedro Manuel Aleixo Dias
(ROC nº 725, inscrito na CMVM sob o nº 20160361)
em representação de BDO & Associados – SROC

FUTURO – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

Rua do Carmo, 42, 6º | 1200-094 LISBOA

+(351) 210 416 005

geral@futuro-sa.pt

www.futuro-sa.pt

Capital Social € 2.566.800 | Registada na C. R. C. de Lisboa
Nº Único de Matrícula e de Pessoa Coletiva 501 965 963
Entidade autorizada, supervisionada e registada na
ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sob o n.º 3805.